



PARECER PRÉVIO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1655/2010.

Apensos: Processo nº 2933/2010, 1255/2016, 78/2010, 402/2016, 1866/2010, 4405/2009, 3853/2010, 5061/2009, 1867/2010, 2398/2011, 457/2010, 5774/2009 e 1731/2010.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Coari.

4- Exercício: 2009.

5- Responsáveis: Sr. Rodrigo Alves da Costa, Sr. Arnaldo Almeida Mitouso, Sr. Iranilson da Silva Medeiros, e Sr. Emídio Rodrigues Neto.

6- Unidade Técnica: DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 959/2015-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.29943/29947).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2009.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais. Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do **Sr. Rodrigo Alves da Costa** na Prefeitura do Município de Coari, no exercício de 2009, referente ao período de 1/1/2009 a 30/7/2009, período em que foi Gestor e Ordenador de Despesas;

9.2. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação das contas anuais do **Sr. Iranilson da Silva Medeiros** na Prefeitura do Município de Coari, no exercício de 2009, referente ao



PARECER PRÉVIO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

período de 31/7/2009 a 1/8/2009, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época;

9.3. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do **Sr. Emídio Rodrigues Neto** na Prefeitura do Município de Coari, no exercício de 2009, referente ao período de 2/8/2009 a 16/10/2009, período em que foi Gestor e Ordenador de Despesas;

9.4. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso** na Prefeitura do Município de Coari, no exercício de 2009, referente ao período de 17/10/2009 a 31/12/2009, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

PARECER PRÉVIO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 1655/2010.

Apensos: Processo nº 2933/2010, 1255/2016, 78/2010, 402/2016, 1866/2010, 4405/2009, 3853/2010, 5061/2009, 1867/2010, 2398/2011, 457/2010, 5774/2009 e 1731/2010.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Coari.

4- Exercício: 2009.

5- Responsáveis: Sr. Rodrigo Alves da Costa, Sr. Arnaldo Almeida Mitouso, Sr. Iranilson da Silva Medeiros, e Sr. Emídio Rodrigues Neto.

6- Unidade Técnica: DICAMI.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 959/2015-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.29943/29947).

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Coari. Exercício de 2006.

Irregularidade. Alcance. Multa. Regularidade. Quitação. Comunicação. Encaminhamento. Determinação. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**, Prefeitura Municipal de Coari, no exercício de 2009, referente ao período de 1/1/2009 a 30/7/2009, nos termos do art. 19, II e do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002, em razão das irregularidades constantes dos itens 1 a 24 do tópico “Gestão do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**” do Voto;

9.2. Considerar em Alcance o **Sr. Rodrigo Alves da Costa** no valor de **R\$ 24.430.489,49** (vinte e quatro milhões, quatrocentos e trinta mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Coari conforme especificado no item 1, do tópico “Gestão do **Sr.**



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Rodrigo Alves da Costa” do Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.3. Aplicar Multa ao Sr. Rodrigo Alves da Costa, Prefeito e Ordenador de Despesas, no período de 1/1/2009 a 30/7/2009, no valor total de **R\$ 56.993,59** (cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ conforme abaixo especificado. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.3.1. No valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução TCE/AM nº. 04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, por cada mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a maio de 2009 (05 meses), totalizando o montante de **R\$ 5.480,15** (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos), conforme especificado no item 2 do tópico “Gestão do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**” do Voto;

9.3.2. No valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução TCE/AM nº. 04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, por cada bimestre (1º e 2º bimestres) em que foi entregue com atraso o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, totalizando o montante de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), conforme especificado no item 3, do tópico “Gestão do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**” do Voto;

9.3.3. No valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução TCE/AM nº. 04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelo quadrimestre (1º quadrimestre) em que foi entregue com atraso o Relatório de Gestão Fiscal, conforme especificado no item 4, do tópico “Gestão do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**” do Voto;

9.3.4. No valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

e quatro reais e doze centavos), conforme art. 308, I, “a”, da Resolução TCE/AM nº. 04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência decorrente da Decisão do Tribunal de 23/7/2009, conforme especificado no Processo n.º 4405/2009, em apenso, que requisitou a remessa de toda documentação decorrente do Pregão Presencial n.º 020/2009 e do Termo de Contrato n.º 053/2009, para locação de trio elétrico, celebrado com a empresa A.M.Z Produções Artísticas e Comércio;

9.3.5. No valor de **R\$ 26.304,75** (vinte e seis mil, trezentos e quatro reais e setenta e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, correspondente à 60% do valor máximo do caput do art. 308, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 5 a 22, do tópico “Gestão do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**” do Voto e pela ausência da documentação pertinente exigida nas obras e serviços de engenharia constantes dos itens 23 e 24 do tópico “Gestão do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**” do Voto;

9.3.6. No valor de **R\$ 17.536,48** (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, correspondente à 40% do valor máximo do caput do art. 308, pelos atos de gestão ilegítimos e antieconômicos de que resultaram injustificado dano ao erário, constantes dos itens 1.1 e 1.2 do tópico “Gestão do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**” do Voto;

9.4. Julgar Regular a Prestação de Contas do **Sr. Iranilson da Silva Medeiros**, responsável pela Prefeitura Municipal de Coari, no curso do exercício de 2009, referente ao período de 31/7/2009 a 1/8/2009, nos



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

termos do art. 19, II e do art. 22, I, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 188, §1º, I, da Resolução TCE/AM nº 04/2002;

- 9.5. Dar quitação ao Sr. Iranilson da Silva Medeiros**, Prefeito e Ordenador de Despesas no exercício de 2009, referente ao período de 31/7/2009 a 1/8/2009;
- 9.6. Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Emídio Rodrigues Neto**, Prefeitura Municipal de Coari, no exercício de 2009, referente ao período de 2/8/2009 a 16/10/2009, nos termos do art. 19, II e do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, em razão das irregularidades constantes dos itens 1 a 14 do tópico “Gestão do **Sr. Emídio Rodrigues Neto**” do Voto;
- 9.7. Considerar em Alcance o Sr. Emídio Rodrigues Neto** no valor de **R\$ 25.272.334,49** (vinte e cinco milhões, duzentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Coari, conforme especificado no item 1, do tópico “Gestão do **Sr. Emídio Rodrigues Neto**” do Voto. Em tempo, desse montante, **R\$ 3.164.552,00** (três milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), deverão ser devolvidos de forma solidária com o **Sr. João Luiz Ferreira Lessa**, Secretário de Economia e Finanças do Município de Coari, à época. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.8. Aplicar Multa ao Sr. Emídio Rodrigues Neto**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no período de 2/8/2009 a 16/10/2009, no valor total de **R\$ 43.129,23** (quarenta e três mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ conforme abaixo especificado. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.8.1.** No valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução TCE/AM nº. 04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, por cada mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de junho e julho de 2009 (02 meses), totalizando o montante de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), conforme especificado no



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

item 2 do tópico “Gestão do **Sr. Emídio Rodrigues Neto**” do Voto;

9.8.2. No valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelo bimestre (3º bimestre) em que foi entregue com atraso o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, conforme especificado no item 3, do tópico “Gestão do **Sr. Emídio Rodrigues Neto**” do Voto;

9.8.3. No valor de **R\$ 17.536,50** (dezessete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, correspondente à 40% do valor máximo do caput do art. 308, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 4 a 14, do tópico “Gestão do **Sr. Emídio Rodrigues Neto**” do Voto;

9.8.4. No valor de **R\$ 21.920,64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, correspondente à 50% do valor máximo do caput do art. 308, pelos atos de gestão ilegítimos e antieconômicos de que resultaram injustificado dano ao erário, constantes dos itens 1.1 e 1.2 do tópico “Gestão do **Sr. Emídio Rodrigues Neto**” do Voto;

9.9. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**, responsável pela Prefeitura Municipal de Coari, no exercício de 2009, referente ao período de 17/10/2009 a 31/12/2009, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 19, II e do art. 22, III, “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 188, §1º, III, “b” e “c”, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, em razão das irregularidades constantes dos itens 1 a 36 do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida**”



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Mitouso” do Voto;

9.10. Considerar em Alcance o Sr. Arnaldo Almeida Mitouso no valor de **R\$ 4.840.145,01** (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, cento e quarenta e cinco reais e um centavo) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Coari conforme especificado no item 1, do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**” do Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.11. Aplicar Multa ao Sr. Arnaldo Almeida Mitouso, Prefeito e Ordenador de Despesas, no período de 17/10/2009 a 31/12/2009, no valor total de **R\$ 49.321,39** (quarenta e nove mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e nove centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ conforme abaixo especificado. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

9.11.1. No valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução TCE/AM nº. 04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, por cada mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de agosto a dezembro de 2009 (05 meses), totalizando o montante de **R\$ 5.480,15** (cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e quinze centavos), conforme especificado no item 2 do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**” do Voto;

9.11.2. No valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução TCE/AM nº. 04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelo bimestre (4º bimestre) que não foi entregue e por cada bimestre (5º e 6º bimestres) em que foi entregue com atraso o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, totalizando o montante de **R\$ 3.288,09** (três mil, duzentos e oitenta e oito reais e nove centavos), conforme especificado no item 3, do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**” do Voto;

9.11.3. No valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, II, da Resolução



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

TCE/AM nº. 04/2002, alterado pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, pelo quadrimestre (2º quadrimestre) que não foi entregue e pelo quadrimestre (3º quadrimestre) em que foi entregue com atraso o Relatório de Gestão Fiscal, conforme especificado no item 4, do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**” do Voto;

9.11.4. No valor de **R\$ 35.073,00** (trinta e cinco mil e setenta e três reais), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, correspondente à **80%** do valor máximo do caput do art. 308, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 5 a 26, do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**” do Voto e pela ausência da documentação pertinente exigida nas obras e serviços de engenharia constantes dos itens 27 a 36 do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**” do Voto;

9.11.5. No valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), com fulcro no art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, alterada pela Resolução TCE/AM nº 25/2012, correspondente à **10%** do valor máximo do caput do art. 308, pelos atos de gestão ilegítimos e antieconômicos de que resultaram injustificado dano ao erário, constantes dos itens 1.1 e 1.2 do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**” do Voto;

9.12. Considerar em Alcance o Sr. Alexandre Valdivino Cordeiro (ex-Secretário de Administração de Coari) e o **Sr. Manoel Ferreira Jacomo** (ex-Secretário Adjunto de Administração de Coari), solidariamente, no valor de **R\$ 35.531,92** (trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos), conforme especificado no Processo n.º 457/2010, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Coari sendo R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pagos indevidamente ao **Sr. Francisco Silviano de Souza Moura**; R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pagos indevidamente ao **Sr. José Jarlue Lima de Lira**; R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pagos indevidamente a **Sra. Elaine Torres**



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

de Lima; e R\$ 1.531,92 (um mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos) pagos indevidamente ao **Sr. Soares Leite Figueiredo**. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

- 9.13. Comunicar** a Prefeitura Municipal de Coari que promova as ações cabíveis para reintegração ao patrimônio da Prefeitura das terras doadas ilegalmente (Processo n.º 5774/2009, em apenso);
- 9.14. Encaminhar** cópia dos autos, bem como dos processos em anexo, ao Ministério Público Estadual – MPE/AM para as providências que entender necessárias, em razão dos indícios da prática de atos de improbidade administrativa e de crimes de responsabilidade pelos **Srs. Rodrigo Alves da Costa, Emídio Rodrigues Neto e Arnaldo Almeida Mitouso**, nos termos do art. 22, §3º, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002;
- 9.15. Comunicar** o Departamento Estadual de Trânsito - Detran para que averigue a situação da regularidade do IPVA e do emplacamento de 04 (quatro) motocicletas, marca NXR 150 BROS, adquiridas conforme as Notas Fiscais n.os 3459, 3460, 3461 e 3458, todas datadas de 23/07/2009, com valor de R\$ 9.500,00 cada, as quais utilizavam placas frias quando da inspeção in loco;
- 9.16. Comunicar** a Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre os débitos previdenciários apurados, referentes à retenção do INSS Servidor, sem que os valores tenham sido recolhidos ao Erário nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2009, conforme tabela constante do item 23.10, do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**” do Voto, bem como sobre os débitos previdenciários no montante de **R\$ 60.000.000,00** denunciados nos autos do Processo n.º 457/2010, em apenso, enquanto os Lançamentos de Débito Confessados mostram um valor muito aquém do realmente devido, constantes do item 19, do tópico “Gestão do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**”, do Voto;
- 9.17. Comunicar** o Ministério Público Federal/MPF-AM sobre os indícios de crime de apropriação indébita (art. 168-A, do Código Penal), decorrente da irregularidade do item 19, do tópico “Gestão do **Sr. Rodrigo Alves da Costa**” e do item 23.10, do tópico “Gestão do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**” do Voto, bem como dê-lhe ciência da Decisão proferida neste Processo, tendo em vista que, durante a sua instrução processual, o



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Ministério Público requereu cópia dos autos para apuração de possível prática de crimes eleitorais, nos termos do art. 72, da LC n.º 5/93;

- 9.18. Comunicar** o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas - TRE/AM, sobre as dificuldades encontradas na apuração da destinação dada aos dez milhões de reais liberados à Prefeitura de Coari, a fim de resguardar o atendimento ao princípio da continuidade dos serviços públicos e o pagamento dos salários aos servidores municipais, quando da realização de inspeção extraordinária nas contas da Prefeitura Municipal de Coari, no exercício de 2009, por esta Corte de Contas, em decorrência do Ofício n.º 1721.2009. PGJ. 342842.2009.35317, expedido pelo Procurador-Geral de Justiça (fls. 02/14, do Processo n.º 5774/2009, em apenso), para que tome as medidas que entender necessárias a fim de que se autorize a quebra do sigilo bancário das contas da Prefeitura de Coari, exercício de 2009, para a promoção das medidas cíveis e penais cabíveis ao que for detectado nos extratos;
- 9.19. Determinar** à SECEX, por meio de sua Diretoria especializada (DICAMI), que:
- 9.19.1.** Inclua em seu relatório no Processo n.º 2152/2009, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura de Coari, exercício de 2008, sob a responsabilidade do **Sr. Manoel Adail Pinheiro**, a ilegalidade referente à doação de terras à empresa Growth Engenharia Ltda. (título n.º 216, de 16/5/2008, doc. fl. 157, do Processo n.º 5774/2009, em apenso);
- 9.19.2.** Inclua em seu relatório no Processo n.º 1489/2008, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura de Coari, exercício de 2007, sob a responsabilidade do **Sr. Manoel Adail Pinheiro**, a ilegalidade referente à doação de terras à Associação de Mototáxi (título n.º 17, de 13/6/2007, e título n.º 18, com duas datas distintas, 7/3/2008 e 17/10/2008, docs. fl. 167/170, do Processo n.º 5774/2009, em apenso);
- 9.19.3.** Inclua em seu relatório no Processo n.º 1841/2011, que trata da Prestação de Contas da Prefeitura de Coari, exercício de 2010, sob a responsabilidade do **Sr. Arnaldo Almeida Mitouso**, a denúncia correspondente



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

ao aluguel do avião UTI (datada de 10/2/2010), no valor de R\$ 1.347.840,00, que supostamente nunca foi utilizado, e à licitação para a compra de merenda escolar no valor de R\$ 1.500.200,00 (datada de 23/12/2009, para execução no exercício de 2010), encaminhando-lhe cópia das fls. 04/12, do Processo n.º 2398/2011, em apenso, para as devidas averiguações;

9.20. Recomendar a Prefeitura Municipal de Coari, sob pena de aplicação de multa pela reincidência nos mesmos atos, que:

9.20.1. Promova a anulação das doações de títulos n.os 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141 e 142, com base no art. 1º, XII e XIII, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 5º, XII e XIII, da Resolução TCE/AM n.º 04/2002;

9.20.2. Atente aos prazos para encaminhamento dos balancetes mensais, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e dos Relatórios de Gestão Fiscal, via ACP/GEFIS, assim como aos prazos de publicação dos mesmos;

9.20.3. Cumpra os prazos e procedimentos para publicidade dos atos administrativos;

9.20.4. Adote os procedimentos de transparência no processo de fiscalização das obras: relatórios periódicos, parecer técnico atestando a qualidade dos serviços executados/medidos, registros fotográficos das etapas de execução e o que mais se fizer necessário;

9.20.5. Atente para os limites mínimos exigidos pela Constituição Federal para aplicação nas áreas de saúde e educação;

9.20.6. Observe com mais rigor o cumprimento das normas insculpidas na Lei n.º 4320/64, sobretudo no controle patrimonial;



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 9.20.7. Cumpra** a regra estabelecida na Decisão Plenária de 07/03/1996, a qual determinou que a documentação pertencente às Contas Gerais do Município deve permanecer na sede da Comuna quando da realização de inspeção in loco por parte deste Tribunal de Contas;
- 9.20.8. Adquira** software adequado para a confecção e controle de atos de pessoal, inclusive folhas de pagamento;
- 9.20.9. Obedeça** a programação de pagamento do funcionalismo público;
- 9.20.10. Tome** providências no sentido excluir de sua Folha de Pagamento as obrigações referentes ao pagamento de aposentadorias e pensões (170 aposentados e 51 pensionistas) e as repasse ao COARIPREV;
- 9.20.11. Promova** o adequado controle da utilização de combustíveis, mediante identificação dos motivos de deslocamento, trajeto, quilometragem e autorização prévia da autoridade competente;
- 9.20.12. Tome** ciência da necessidade de observar com zelo a questão ambiental e a incumbência do poder público de “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente” (art. 225, §1º, V, da CF/88), devendo obter parecer, instrução técnica e, ainda, proceder ao licenciamento (quando necessário) junto aos órgãos de controle ambiental competentes, para os futuros empreendimentos que realizar;
- 9.20.13. Cumpra** com rigor a Lei n.º 8.666/93 em especial: a) Formalização do Procedimento de Licitação, Dispensa e/ou Inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo: d1) Número do processo e modalidade de licitação; d2) Elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d3) Nome empresarial do credor e a CNPJ do



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

credor; d4) Campo específico do valor unitário e quantidade; d5) Número do empenho sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;

9.20.14. Observe com rigor as regras do art. 6º, IX, da Lei n.º 8.666/93 para fins de elaboração de Projeto Básico para obras e serviços de Engenharia quanto aos documentos: Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Composição de Custo Unitário, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto Arquitetônico (se couber) e/ou Projeto Geométrico (se couber) em parceria com a Prefeitura Municipal e/ou outro órgão técnico na esfera Estadual/Federal; todos devidamente assinados por responsável técnico com o devido registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas – CREA/AM, visando à boa e regular execução de suas obras/serviços de engenharia;

9.20.15. Atente à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Lei Federal n.º 6.496 de 07/12/1977 c/c o art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Resolução n.º 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA) por pessoa física e/ou jurídica executoras de obras e/ou serviços de Engenharia;

9.20.16. Observe rigorosamente o art. 29, § 2º, II e III, da CF/88, no que se refere ao repasse feito pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo Municipal e seu prazo;

9.20.17. Revise todos os casos de acúmulos ilegais de cargo, de modo a cumprir o art. 37, XVI e XVII, da CF/88;

9.20.18. Observe com rigor a vedação imposta pela Súmula Vinculante n.º 13, do STF;

9.20.19. Observe com mais rigor o cumprimento das normas insculpidas na Lei n.º 11.738/2008, sobretudo no pagamento do piso salarial.



ACÓRDÃO Nº 23/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/ 2017 – TCE – Tribunal Pleno)

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de Abril de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JOSUÊ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral